

A IMPORTÂNCIA DO TERCEIRO SETOR

Cíntia Pierote de Oliveira¹, Friedhilde Maria Kustner Manolescu²

¹ UNIVAP – FCSAC – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Comunicação. Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova. São José dos Campos, SP. cipierote@hotmail.com; frida@univap.br

Resumo – O Terceiro Setor é a nova esfera pública. De iniciativa privada e em busca do interesse e benefício comum, o Terceiro Setor nasce a partir da carência do Estado e Mercado em atender as necessidades da população, que crescem juntamente com a urbanização. É a forma mais autêntica de manifestação de cidadania e participação social, além de ser hoje uma importante forma de participação econômica para o país. O presente artigo conceitua essa nova esfera, apresenta sua evolução no Brasil e demonstra sua contribuição para o desenvolvimento social no país e no município de São José dos Campos (SP). Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa através de revisões bibliográficas e estudos de caso referente ao assunto para chegar ao mais próximo da realidade vivida por esse setor nos dias de hoje. Conclui-se que o terceiro setor beneficia a sociedade através da ampliação dos serviços prestados criando emprego e gerando renda.

Palavras-chave: Terceiro Setor, ONGS, Responsabilidade Social, Gestão Social.

Área do Conhecimento: VI Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O fenômeno social que engloba o Terceiro setor tem sido tema corrente de discussão não só no âmbito da sociedade civil como também no do governo e das organizações com fins lucrativos, podendo ser entendido como uma resposta à exclusão social crescente.

As atividades associativas ganharam impulso nos anos 70 e 80, época em que movimentos ecológicos e de minorias, como os de mulheres, indígenas e minorias étnicas ganhavam notoriedade. Nesse mesmo período uma nova forma institucional ganhava forma: as Organizações sem fins lucrativos, conhecidas mundialmente como ONGS. A partir desse momento, para cada interesse com significância coletiva, surgia uma instituição sem fim lucrativo.

Dessa forma, o crescimento constante do terceiro setor estimula a produção de estudos e pesquisas que ajudem a compreender este novo fenômeno sociocultural, que se eleva como uma possibilidade de distribuição de renda para muitas pessoas excluídas dos outros setores da economia, assim como passa ser um exercício de cidadania para todos aqueles em sua volta.

Metodologia

Esse trabalho se utiliza da pesquisa qualitativa quanto a sua natureza, descritiva quanto ao seu objetivo e se utiliza de procedimento técnico bibliográfico elaborado a partir de material publicado em livros, artigos, dissertações, relatórios de pesquisa e material disponibilizado na internet.

Discussão

Definição do Terceiro Setor

O Primeiro Setor é o Estado, representado por entidades políticas como prefeituras, ministérios, secretarias, entre outras. É o setor público, de caráter público e que exerce atividades públicas.

O Segundo setor é o Privado, formado por organizações particulares que exercem atividades privadas atuando em benefício próprio. Em termos financeiros, o Estado (1º setor) aplica o dinheiro público em ações para a sociedade e o setor Privado (2º setor) investe seu dinheiro em suas próprias atividades.

Segundo o CEDAC – Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária - o Terceiro Setor é composto por organizações privadas sem fins lucrativos, que atuam nas lacunas deixadas pelos setores público e privado, buscando a melhoria do bem estar social. São entidades privadas que geram bens e serviços de caráter público. Sua idéia é de complementação e auxílio na resolução de problemas sociais.

Como setor que se define pela característica de empreendimento sem a finalidade do lucro, verifica-se que, em sua maioria, as organizações que o compõem têm uma orientação fortemente baseada nos valores e crenças de seus membros do que as organizações dos outros dois setores. É esta característica que permite ao setor mobilizar pessoas sem a necessária existência de motivações econômicas.

Para Rothguesser (2002) o terceiro setor seriam “iniciativas privadas que não visam lucros, iniciativas na esfera pública que não são feitas

pelo Estado. São cidadãos participando de modo espontâneo e voluntário em ações que visam ao interesse comum.”

Proposta em 1992, por Salamon & Anheier (*apud* LIMA, 2002 p.87-88) , o terceiro setor possui uma definição “estrutural/operacional”, composta por cinco atributos que as distinguem do demais setores econômicos:

I. Formalmente constituídas

Alguma forma de institucionalização, legal ou não, com um nível de formalização de regras e procedimentos, para assegurar a sua permanência por um período mínimo de tempo.

II. Estrutura básica não governamental

São privadas, ou seja, não são ligadas institucionalmente a governos.

III. Gestão própria

Realiza sua própria gestão, não sendo controladas externamente.

IV. Sem fins lucrativos

A geração de lucros ou excedentes financeiros deve ser reinvestida integralmente na organização. Estas entidades não podem distribuir dividendos de lucros aos seus dirigentes.

V. Trabalho voluntário

Possui algum grau de mão-de-obra voluntária, ou seja, não remunerada ou o uso voluntário de equipamentos, como a computação voluntária.

São exemplos de organizações do terceiro setor organizações não governamentais (ONG'S), cooperativas, associações, fundações , institutos , instituições filantrópicas, entidades de assistência social, entre outras.

Por que foi criado o Terceiro Setor

O terceiro setor surgiu a partir de uma carência do Estado em oferecer serviços de utilização comum à sociedade como saúde, educação, cultura, etc.

Drucker (1999) afirma que as instituições sem fins lucrativos existem por causa de sua missão. Elas existem para fazer a diferença na sociedade e na vida dos indivíduos.

As organizações sem fins lucrativos existem em todo o lugar graças a uma tendência do homem em reunir pessoas para proporcionar serviços de bem estar e melhorias para si próprias e para os outros. As pessoas caminham para um desejo cada vez mais profundo de alcançar um ambiente saudável, humanitário, de bem-estar, educação e cultura para melhorar o mundo em que vivem e, depositam nas organizações do terceiro setor suas esperanças, seu tempo e outros recursos que as ajudem a atingir suas missões.

O poder de influência do Terceiro Setor é importante, inclusive porque parte das mudanças e inovações sociais mais significativas dos últimos

tempos foram obtidas graças à criação e militância de suas organizações.

Forma de atuação: Terceiro setor x Empresas Privadas

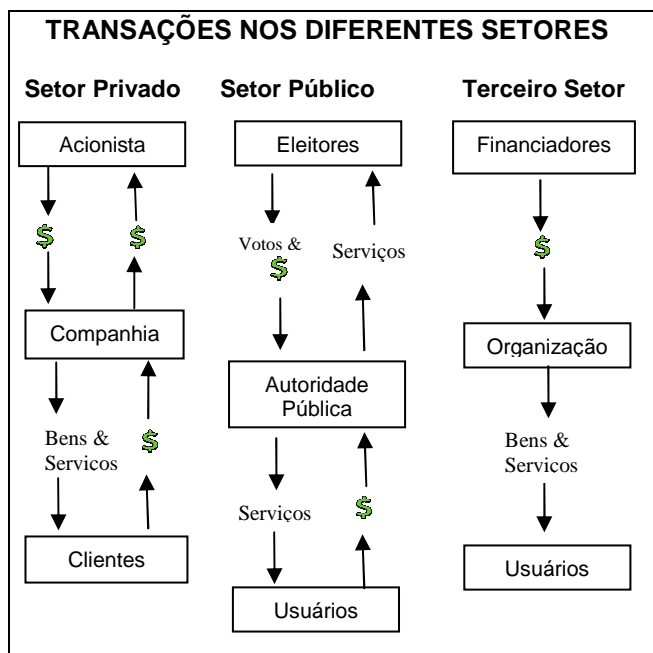
Existem muitas semelhanças na administração de organizações em todos os setores da economia. Qualquer organização depende de uma administração competente que precisam ter objetivos, controlar recursos, trabalhar em equipe, proporcionar desenvolvimento profissional entre outras atividades. Contudo, a administração de uma organização voltada para a criação de lucro tem diferenças na administração de uma instituição do Terceiro Setor.

No setor privado, há um relacionamento direto entre fornecedores e clientes: os fornecedores oferecem mercadorias e serviços aos seus clientes que para obtê-los, pagam o preço de mercado.

No setor público, o Governo e as autoridades proporcionam serviços em retorno aos eleitores que os elegeram e que pagam todas as tributações para obter tais serviços.

Já no terceiro setor, na maioria dos casos os doadores dão dinheiro que as organizações usam para financiar projetos, pesquisas e fornecer serviços para a comunidade.

Figura1 – Transações nos Diferentes Setores



Fonte: Hudson (1999- p. 12)

O Terceiro Setor no Brasil

Entre 1970 e 1980, momento no qual o Terceiro Setor ganha força no Brasil, os principais interesses da área eram voltados para a redução da desigualdade social, construção de espaços públicos para que a população pudesse interagir em assuntos relacionados à cidadania e um documento que regulamentasse a participação do poder público em projetos sociais.

Vale destacar a Constituição de 1988, que num amplo processo de mobilização social, promoveu melhorias no que diz respeito ao aumento dos direitos de cidadania política e princípios da descentralização na promoção de políticas sociais. Adicionalmente, houve muitas pressões dos movimentos populares, através dos chamados “lobbies populares” no congresso, a fim de que emendas populares fossem aprovadas. É inegável que a Nova Constituição representou um avanço no que diz respeito à política social no Brasil. (TEIXEIRA, 2000; p.31)

A partir de 1990, a articulação entre ONGs foi estimulada pelo surgimento de fóruns internacionais, redes de discussão globais e a construção de uma agenda política mundial voltada somente às questões sobre o meio ambiente, inclusão social, erradicação da pobreza, entre outros, fazendo o movimento ganhar força da sociedade, da mídia e do governo.

Segundo Andrés Falconer (*apud* ALBUQUERQUE, 2006, p.33), o terceiro setor no Brasil pode ser dividido em:

I – Igrejas e Instituições Religiosas.

As instituições religiosas, especialmente a igreja católica foram pioneiras do setor no Brasil, tornando-se as primeiras organizações sem fins lucrativos do país. Hoje as organizações criadas e mantidas por igrejas somam em torno de 38% das organizações do país.

II – Organizações Não Governamentais (ONGs) e Movimentos Sociais

ONGs ou movimentos sociais trabalham normalmente em projetos em defesa de direitos, através de mobilização popular, disseminação de informação ou articulação política.

III- Empreendimentos sem Fins Lucrativos

São entidades que cobram pelo serviço oferecido, como clubes de futebol e instituições culturais. Normalmente esses empreendimentos, por serem altamente lucrativos, passam uma imagem comercial do terceiro setor, dificultando assim o entendimento do seu conceito.

IV- Fundações Empresariais

São projetos filantrópicos realizados por empresas privadas, que podem ser voltados tanto para a

comunidade onde estão inseridas quanto para todo o país, como por exemplo, a Fundação Bradesco que é voltada para a educação de crianças e adolescentes, atendendo mais de 50 mil alunos em 40 escolas instaladas.

Para simplificação e melhor entendimento do setor, o IBGE criou em 2002 As Fasfil – Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos- que é um relatório que compreende todas as empresas consideradas do Terceiro Setor, obedecendo aos seguintes critérios:

- Empresas privadas;
- Sem fins lucrativos, isto é que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros, podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades-fins;
- Legalmente constituídas;
- Capazes de gerenciar suas próprias atividades e;
- Voluntárias, ou seja, toda atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

As Fasfil compreendem todas as organizações anteriormente citadas, desde que cadastradas no Cempre – Cadastro Central de Empresas.

Resultados

Nos últimos anos o terceiro setor ganhou lugar de destaque na economia nacional. Essa expansão estimulou a produção de estudos e pesquisas que ajudam a compreender este novo fenômeno sociocultural, que surgiu como possibilidade de distribuição de renda para muitos profissionais excluídos dos outros setores da economia.

O primeiro estudo realizado sobre o setor pelo IBGE em 2002 apontava para a existência de cerca de 276 mil entidades sem fins lucrativos, o que correspondia a 5% do total de empresas registradas do país.

O relatório apresentado em 2005 demonstrou a quantidade de 338,2 mil entidades ligadas ao terceiro setor cadastradas de acordo com a classificação do CEMPRE (Cadastro Central de Empresas), um aumento de 22,5% comparado ao ano de 2002.

Com as duas principais pesquisas realizadas pelo IBGE, o relatório FASFIL de 2002 e 2005, em pareceria com outras instituições como o IPEA e a ABONG, podemos traçar o crescimento do setor no Brasil.

Abaixo segue a tabela de comparação do crescimento do Terceiro Setor no Brasil, segundo cadastro no CEMPRE:

Tabela 1 – Comparação do crescimento das entidades constantes no CEMPRE

Entidades cadastradas no CEMPRE	Números Absolutos		Variação (%) 2005/1996
	1996	2005	
Total	3.476.826	6.076.940	74,8
Empresas Privadas e Associações sem fins lucrativos	211.787	601.611	184,1
Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos – FASFIL	107.332	338.162	215,1
Outras entidades privadas sem fins lucrativos	104.455	263.449	152,2
Empresas e outras organizações	3.265.039	5.475.329	67,7

Fonte: Relatório Fasfil (2005-p. 46)

Quanto aos setores que recebem maior atenção das instituições se destacam:

Tabela 2 – Principais Áreas de Atuação

Área de Atuação	2002	2005
Habitação	0,1%	0,1%
Saúde	1,3%	1,3%
Cultura e Recreação	13,6%	13,9%
Educação e Pesquisa	6,34%	5,9%
Assistência Social	11,6%	11,6%
Religião	25,53%	24,8%
Meio Ambiente e Proteção Animal	0,5%	0,8%
Defesa de direitos	16,3%	17,8%
Associações patronais e profissionais	16,1%	17,4%
Total de Entidades	276 mil	338,2 mil

Fonte: Relatório Fasfil (2002 – p.30 /2005-p.26)

Percebe-se que a maioria das instituições são ligadas ao setor da Religião, como por exemplo, as pastorais. Porém esse setor teve uma relativa diminuição de 2002 para 2005, enquanto o setor de defesa de direitos, cultura e recreação e o setor de meio ambiente tiveram um aumento de número de entidades cadastradas.

A distribuição das entidades pelo território nacional é desproporcional, e esta ligada à

concentração populacional de cada região, como vemos na tabela abaixo:

Tabela 3 – Distribuição das entidades no Território Nacional

Região	2002	2005
Norte	7,78%	4,85%
Nordeste	27,9%	23,7%
Centro-Oeste	6,9%	6,4%
Sul	14,7%	22,7%
Sudeste	42,6%	42,4%
Total de entidades	276 mil	338,2 mil

Fonte: Relatório Fasfil (2002 – p.24 /2005-p. 28)

O sudeste, que concentra cerca de 40% da população brasileira, possui a maior concentração de entidades do país.

Quanto à contribuição econômica, foi levantado que o Terceiro Setor movimentara cerca de R\$32 bilhões até o ano de 2005. Este valor representa 1,4% na formação do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB).

O número de pessoas ocupadas no setor também teve um aumento expressivo nas duas pesquisas. A quantidade de empregados assalariados passou de 1,5 milhões para 1,7 milhões, um crescimento de 20%. Este número representava 5,5% do total de pessoas empregadas em todas as organizações formalmente registradas no país.

Tabela 4 – Pessoal Ocupado Assalariado no Terceiro Setor

Classificação das Entidades	Pessoal ocupado Assalariado	
	2002	2005
Habitação	0%	0%
Saúde	22,8%	24,3%
Cultura e Recreação	7,8%	8%
Educação e Pesquisa	29%	29,8%
Assistência Social	14,7%	14,8%
Religião	6,6%	7,1%
Meio Ambiente e Proteção Animal	0,2%	0,2%
Defesa de direitos	4,5%	5%
Associações patronais e profissionais	5,5%	5,6%
Total de trabalhadores	1.541.290	1.709.506

Fonte: Relatório Fasfil (2002- p.39 /2005-p. 36)

A média salarial mensal destes profissionais em 2002 era de 4,5 salários mínimos, enquanto que em 2005, a média passou para 3,7 salários mínimos. Apesar do aparente declínio, de 2002 a

2005 o salário mínimo do Brasil teve um aumento de aproximadamente 28,3%, o que representa um aumento na renda dos trabalhadores do Terceiro Setor.

O Terceiro Setor em São José dos Campos

Localizado no Estado de São Paulo, São José dos Campos é um município de aproximadamente 1.099,60 km² divididos em 325 bairros.

Segundo dados do IBGE de 2009, a população estimada é de 651.871 habitantes, sendo que 81% da população (aproximadamente 532.717 habitantes) encontram-se na área urbana e apenas 6.596 habitantes (1%) na área rural.

Essa forte concentração urbana da-se por um grande processo de industrialização no município, com início na década de 50, quando grandes indústrias se instalaram na região, tais como a General Motors, a Ericsson, a Johnson & Johnson, além da instalação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, o ITA.

A busca por melhores ofertas de trabalho, assim como melhores condições de vida resultaram no crescimento populacional urbano acelerado, justificando a grande concentração de habitantes na região urbana do município nos dias de hoje.

Esse crescimento populacional em áreas urbanas reflete uma demanda cada vez maior de bens e serviços públicos que, quando não atendidos resultam em uma degradação da qualidade de vida para a sociedade.

De acordo com cadastro obtido junto à Secretária de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, constam 127 instituições públicas e particulares prestando serviços a comunidade hoje.

Em pesquisa realizada por Adriano (2002), junto a essas organizações, foram constatados os seguintes dados:

Tabela 5 – Constituição do Terceiro Setor em São José dos Campos

CONSTITUIÇÃO DO TERCEIRO SETOR EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	
Instituições	41%
Obras Sociais	32%
Associações	13%
ONGs	11%
Fundações	3%

Fonte: Adriano (2002-p. 64)

O tempo de existência médio dessas organizações é de 20 anos.

Quanto às principais áreas de atuação, as organizações estão divididas em:

Tabela 6 – Ramo de atuação

RAMO DE ATUAÇÃO	
Assistência Social	48%
Saúde	17%
Educação	11%
Alimentação	4%
Creches	4%
Terceira Idade	2%
Meio Ambiente	1%

Fonte: Adriano (2002-p. 65)

Essas organizações atendem em média mais de 200 pessoas mensalmente, distribuídos entre crianças, adolescentes, pessoas com necessidades especiais, idosos, moradores de ruas, famílias carentes, etc. A concentração dessas organizações esta no eixo sul - leste do município, as duas principais zonas de concentração de habitantes, tendência também verificada no estudo feito em âmbito nacional: as organizações do Terceiro Setor se concentram em áreas mais populosas.

Quanto à capitação de recursos foi verificado que cerca de 44% das organizações sobrevivem através de doações, 31% de recursos públicos, 22% de recursos próprios e 3% de recursos públicos e privados.

O quadro de funcionários é composto de 60% de voluntários. As organizações tem em média de 3 a 5 funcionários registrados.

A maioria dos voluntários é do sexo feminino (75%), e a faixa etária dominante é de 36 a 50 anos (36%). Em média cada voluntário dedica 3 horas diárias às instituições.

Dos funcionários registrados, 70% recebem de 3 a 5 salários mínimos, confirmando a média nacional (3,8 salários).

Hoje a Prefeitura ainda conta com as 127 entidades cadastradas, porém o número de organizações do setor em São José dos Campos supera os 200.

Outra pesquisa realizada por Lopes (2004) demonstrou que o setor contribui para a região principalmente com a realização de atividades profissionalizantes, projetos de educação social e atendimento a pessoas com necessidades específicas, e que se direcionam para a estruturação de práticas de sociabilidade com uma dimensão ideológica, ética e política distinta, mas poucas delas proporcionam geração direta de recursos financeiros aos seus usuários.

Como exemplos, temos ONGs ambientalistas que ganham notoriedade no país e que vem recebendo cada vez mais apoio e patrocínio de grandes organizações privadas, como é o caso da ONG Vale Verde, que tem um trabalho exemplar

quanto à preservação ambiental da Mata Atlântica, conta com projetos de educação social, como a divulgação da importância da coleta e reciclagem de óleo de cozinha, a arborização de centros urbanos, entre outros e organizações de amparo e socialização de minorias como o GACC que conta com uma grande rede de atendimento e tratamento a crianças com câncer além de apoio a seus familiares.

Assim, conclui-se que o Terceiro Setor de São José, apesar de não ter grande participação na geração direta de renda de seus beneficiados, participa ativamente na geração de meios para que a sociedade consiga sua sustentabilidade e melhor qualidade de vida.

Conclusão

Hoje as organizações sem fins lucrativos formam uma das expressões mais verdadeiras de cidadania e participação social. Porém, não é somente uma ferramenta de melhoria social; o Terceiro Setor ganha um espaço cada vez mais fortalecido na economia, com geração de renda e participação econômica no país.

Suas conquistas e crescimento ao longo dos anos são inegáveis para todos. Essa expansão revela, entre outros aspectos, os limites de governos cada vez menos capazes de resolver os problemas fundamentais e básicos da maioria da população. Sem esse apoio, seríamos menos otimistas diante de um problema que ganha proporções gigantescas com a concentração populacional: a exclusão social, a desinformação e a falta de orientação. Com o terceiro setor, muitas famílias garantem não só a sobrevivência, mas, sobretudo, possibilidades de liberta-se em termos de cidadania, seja pelo benefício dos serviços prestados, seja pela a possibilidade de emprego e geração de renda.

Temos que ter consciência que o terceiro setor não pode ser visto como a solução final para todos os problemas sociais, caso contrario estaremos retirando a responsabilidade dos governos e da sociedade mais ampla de apresentar respostas as necessidades e desejos das populações. Contudo, é nele que se apresenta uma saída viável, onde tanto Estado quanto Mercado se espelham para ações sociais, montando parcerias com ONGS, entidades sociais e até mesmo criando suas próprias instituições.

Referências

- ADRIANO, Valdir F. A importância do Terceiro Setor para o planejamento urbano: São José dos Campos. (Mestrado em Planejamento Urbano Regional). Universidade do Vale do Paraíba, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, 2002.

- ALBUQUERQUE, Antonio C. Carneiro. Terceiro Setor: História e Gestão de Organizações. São Paulo. Summus. 2006

- Cartilha do Terceiro Setor e OSCIPs. Disponível em www.cedac.org.br/oscip.pdf. Acesso em 10 de maio de 2010.

- DRUCKER, Peter F. Administração de organizações sem fins lucrativos: Princípios e práticas. 5ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

- FASFIL – As fundações Privadas Sem fins Lucrativos – 2002. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/default.shtm>. Acesso em 30 de março de 2010.

- FASFIL – As fundações Privadas Sem fins Lucrativos -2005. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/default.shtm>. Acesso em 05 de abril de 2010,

- HUDSON, Mike. Administrando organizações do Terceiro Setor: o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 1999.

- LIMA, José E.S., MURARO, Piero: Terceiro Setor, Qualidade Ética e Riqueza das Organizações. Revista FAE, Curitiba. Vol. 6, nº 1 Jan/abr 2002 – p. 87-88.

- LOPES, José Rogério. Terceiro Setor: a organização das políticas sociais e na nova esfera pública. São Paulo em Perspectiva, vol. 18 nº3. SP, 2004.

- MURARO, Piero. LIMA, José E. de Souza. Terceiro Setor, qualidade ética e riqueza das organizações. Revista FAE, vol. 6, nº 1 – p.87-88. Curitiba, 2003.

- ROTHGIESSER, Tanya L. Sociedade Civil Brasileira e o Terceiro Setor -2002. Disponível em: <http://www.terceirosetor.adm.br/> Acesso em: 23 de março de 2010.

- TEIXEIRA, Ana Claudia C. Identidades em Construção: As Organizações Não-Governamentais no Processo Brasileiro de Democratização. Campinas, 2000. 166 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.